



Caderno de Provas

CAM 41 – NS

PROCURADOR

**Editais Nº. 001/2024 –
Prefeituras dos Municípios da AMCEVALE/RN**

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala de provas, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Em momento algum a pessoa candidata poderá se retirar definitivamente da sala de provas com o **Caderno de Provas**.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 5 (cinco) questões de Lógica e 15 (quinze) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	30 pontos
Lógica	05 questões	10 pontos
Conhecimentos específicos	15 questões	60 pontos
TOTAL DA PROVA	30 questões	100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 01 a 10 referem-se ao texto a seguir.

Literatura na escola: menos homens brancos, mais mulheres pretas

José Ruy Lozano

Como tudo que é resultado da percepção humana ao longo do tempo, o cânone literário – conjunto de livros considerados referências de uma época ou cultura – tem mudanças e permanências. Mas não há dúvida quanto ao papel fundamental que o ensino de literatura nas universidades e escolas desempenha em sua constituição. Afinal, à chancela acadêmica dos estudiosos une-se a difusão da leitura de obras consideradas clássicas realizada na educação básica. Notoriedade e prestígio juntam-se ao conhecimento mais amplo do público leitor por meio das instituições de ensino.

Tais instituições não são refratárias ao momento político e social em que estão inseridas. Em tempos de *Black Lives Matter*, identitarismo e questionamentos mais frequentes e profundos a respeito do racismo estrutural no Brasil e no mundo, percebe-se um movimento de deslocamento do cânone literário rumo a vozes até aqui marginalizadas em nossa literatura. Para muitos surpreendente, a inclusão das letras de *sobrevivendo no inferno*, disco do grupo de rap paulista Racionais Mc's, como leitura obrigatória no vestibular da Unicamp demonstra que os tempos estão mudando.

Ainda não cancelaram José de Alencar – escritor que defendeu publicamente a escravidão e organizou um retrato idílico das populações indígenas conveniente ao Estado imperial de sua época –, mas os homens brancos do passado já têm de abrir espaço não só a outros homens, mas também a mulheres pretas, do passado e do presente. A indicação de obras com essa marca de autoria por exames vestibulares de universidades públicas e particulares está obrigando as escolas a se abrir a vozes distintas, e os alunos passam a ler narrativas que se aproximam de seu mundo, marcado pela desigualdade, pobreza e discriminação.

Passo determinante nessa trajetória é o resgate de Carolina Maria de Jesus. Seus diários, que retratam o cotidiano de mulher negra e favelada, apresenta aos estudantes um universo literário bem distinto dos clássicos de costume. *Quarto de despejo* passou a ser indicação obrigatória de leitura em vestibulares a partir de 2016, e muitos professores de literatura de Ensino Médio tiveram de “descobrir” uma escritora brasileira cuja obra já foi traduzida para catorze idiomas desde os anos 1960. Em 2020, Carolina consta na lista de leituras dos exames das universidades estaduais de Maringá, Londrina, Ponta Grossa e da universidade federal do Tocantins.

Conceição Evaristo, premiada romancista, poeta e contista mineira, nasceu em uma comunidade pobre de Belo Horizonte, trabalhou como empregada doméstica, até concluir sua formação como professora. A discriminação racial e de gênero são temas recorrentes de sua ficção. Militante do movimento negro, apresentou em 2018 uma simbólica candidatura à vaga número 7 da Academia Brasileira de Letras, cujo patrono é o poeta abolicionista Castro Alves. Se essa tentativa de diálogo com a instituição canônica por excelência da literatura brasileira não teve êxito, sua presença nos estudos literários veio para ficar: a universidade de Passo Fundo indica a seus candidatos a leitura dos contos de *Olhos d'água*, e a universidade federal do Rio Grande do Sul incluiu em sua lista de leituras obrigatórias o romance *Ponciá Vicêncio*.

Ainda no vestibular da federal gaúcha, consta o romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. A maranhense Firmina foi precursora na vida e na obra. Mulher negra, prestou concurso público para professora e sustentava-se sozinha. É dela o primeiro romance de autoria feminina do Brasil, justamente *Úrsula*, publicado em 1859, que também é considerado a primeira narrativa abolicionista da literatura brasileira, humanizando e dando voz aos escravizados. Embora tenha tido destaque na sociedade maranhense em sua época, foi silenciada e esquecida, mas hoje recebe merecido destaque, tendo sua obra principal reeditada pela PUC de Minas Gerais e ganhado atenção de pesquisadores que constroem sua fortuna crítica.

A Universidade Estadual do Rio de Janeiro selecionou, para seu exame de acesso, a obra de uma mulher negra, nascida em 1977, na periferia de Nova Iguaçu, conhecedora do cenário de pobreza e violência de onde provém boa parte de seus estudantes. Na UERJ, 50% das vagas são reservadas para alunos de escolas públicas do estado, tendo sido essa universidade a pioneira do regime de cotas raciais e sociais no Brasil. *Assim na terra como embaixo da terra*, de Ana Paula Maia, elabora um cenário distópico em que um presídio de segurança máxima, construído sobre terreno que outrora abrigara local de tortura e morte de escravos, torna-se um campo de extermínio. Ali se entrevê uma alegoria das mazelas da atuação policial e do sistema prisional brasileiros, vinculados a um passado histórico de opressão.

Não só gênero e raça se mostram mais diversos, mas também a nacionalidade. A Universidade Federal de Uberlândia fará questões em seu vestibular sobre o romance *A cor púrpura*, da norte-americana Alice Walker. Militante feminista e do movimento negro, Walker retrata no livro as agruras de uma menina negra, no sul agrário e racista dos Estados Unidos, abusada sexualmente pelo pai – de quem engravida e dá à luz dois filhos – e, posteriormente, obrigada a se casar com um senhor branco que a trata como empregada.

CONCURSO PÚBLICO PREFEITURAS DOS MUNICÍPIOS DA AMCEVALLE – VALE DO AÇU
EDITAL Nº 001/2024

A narrativa de estupro em família, num contexto de preconceito e pobreza, guarda estreita relação com situações semelhantes infelizmente frequentes no Brasil.

A universidade de Taubaté, interior de São Paulo, inseriu em sua lista obrigatória de leituras o livro *Hibisco roxo*, primeiro romance da feminista nigeriana Chimamanda Nzozie Adichie, que narra conflitos familiares na Nigéria pós-colonial, tematizando a misoginia associada ao fanatismo religioso. Escritora premiada, ensaísta e palestrante de sucesso, Adichie já teve trechos de suas falas inseridos na letra da música *Flawless*, da popstar Beyoncé.

A vida das periferias, pobreza, racismo, violência urbana, machismo... A entrada de vozes femininas e negras no ensino de literatura amplia as temáticas abordadas em sala de aula e aproxima as leituras escolares da realidade vivida por milhões de estudantes no Brasil. Diversidade fundamental por si só, esse fenômeno representa uma oportunidade valiosa para os educadores: despertar nos estudantes o sentido e o propósito do fazer literário, ressaltando a importância das narrativas como construção da memória coletiva.

Disponível em: < <https://diplomatie.org.br/>>. Acesso em: 08 dez. 2023. [Texto adaptado]

01. No texto, de forma dominante, há o propósito de

- A) defender um posicionamento que reforça um posicionamento hegemônico.
- B) defender um posicionamento que se contrapõe a um posicionamento hegemônico.
- C) explicar uma questão histórica de invisibilidade de autoras negras no meio acadêmico.
- D) explicar uma questão histórica de reconhecimento de autoras negras no meio acadêmico.

02. De acordo com o texto,

- A) o reconhecimento acadêmico e a disseminação da leitura de determinadas obras na escola contribuíram para justificar o reconhecimento de autores homens e brancos, em sua maioria.
- B) as universidades e escolas, devido ao seu papel social de resistência às influências políticas e sociais do meio no qual estão inseridas, são fundamentais para a disseminação da leitura de autoras negras.
- C) o movimento de mudança pela qual vem passando o cânone literário é restrito à produção literária brasileira, devido à realidade do nosso país, estigmatizado pela pobreza, desigualdade e discriminação.
- D) as autoras elencadas deveriam ser lidas nas escolas tão somente pelo fato de serem mulheres e negras e, por isso, pertencentes a um grupo historicamente estigmatizado pela sociedade branca e patriarcal.

03. O título do texto

- A) revela ironia em relação ao tema.
- B) sintetiza a discussão desenvolvida.
- C) expressa neutralidade em relação ao tema.
- D) gera uma expectativa a ser desfeita pela leitura.

04. Considere o período a seguir.

Afinal, à chancela acadêmica dos estudiosos une-se a difusão da leitura de obras consideradas clássicas realizada na educação básica.

Nesse período, a ocorrência do acento grave justifica-se

- A) tão somente pela regência de um verbo.
- B) tão somente pela regência de um nome.
- C) pela regência de um verbo e pelo gênero da palavra posposta ao “a”.
- D) pela regência de um nome e pelo gênero da palavra posposta ao “a”.

05. O nome “Conceição Evaristo”, no primeiro período do quinto parágrafo, é retomado, no segundo e terceiro períodos desse mesmo parágrafo, pelo recurso coesivo

- A) da substituição por pronome relativo e da omissão do elemento linguístico.
- B) da omissão do elemento linguístico e da substituição por pronome pessoal.
- C) da omissão do elemento linguístico e da substituição por expressão sinônima.
- D) da substituição por pronome possessivo e da omissão do elemento linguístico.

06. Considere o trecho a seguir.

[...] uma simbólica candidatura à vaga número 7 da Academia Brasileira de Letras, cujo patrono é o poeta abolicionista Castro Alves.

Sobre o pronome relativo presente nesse trecho, é correto afirmar:

- A) é variável, estabelece relação de posse, admite uso de artigo posposto e concorda com o termo antecedente.
- B) é invariável, estabelece relação de posse, não admite uso de artigo posposto e concorda com o termo subsequente.
- C) é variável, estabelece relação de posse, não admite uso de artigo posposto e concorda com o termo subsequente.
- D) é invariável, estabelece relação de posse, admite uso de artigo posposto e concorda com o termo antecedente.

As questões 07 e 08 referem-se ao período reproduzido a seguir.

Assim na terra como embaixo da terra, de Ana Paula Maia, elabora um cenário distópico em que um presídio de segurança máxima, construído sobre terreno que outrora abrigara local de tortura e morte de escravos, torna-se um campo de extermínio.

07. O uso forma verbal “abrigara” indica ação

- A) futura e refere-se a algo certo de acontecer.
- B) futura e refere-se a algo provável de acontecer.
- C) passada, mas anterior à outra também já passada.
- D) passada, mas posterior à outra também já passada.

08. A palavra “distópico” mantém relação de

- A) antonímia com a palavra “utópico”.
- B) sinonímia com a palavra “utópico”.
- C) antonímia com a palavra “prototípico”.
- D) sinonímia com a palavra “prototípico”.

09. Sobre o gênero do texto desta prova, é correto afirmar:

- A) utiliza linguagem formal, o que o aproxima do gênero crônica.
- B) utiliza marcas de primeira pessoa, o que o aproxima do gênero notícia.
- C) apresenta um traço composicional que o diferencia do gênero editorial.
- D) apresenta propósito comunicativo semelhante ao do gênero artigo informativo.

10. Considere o período a seguir.

Não só gênero e raça se mostram mais diversos, mas também a nacionalidade.

Sobre a organização desse período, é correto afirmar:

- A) há uma relação de adição entre as informações, evidenciada pelo paralelismo sintático entre duas expressões.
- B) há uma relação de contraposição entre as informações, evidenciada pelo paralelismo sintático entre duas expressões.
- C) há uma relação de adição entre as informações, independentemente do paralelismo sintático entre duas expressões.
- D) há uma relação de contraposição entre as informações, independentemente do paralelismo sintático entre duas expressões.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÓGICA

11. A sequência infinita de letras, apresentada a seguir, possui um padrão de repetição:

CONCAMCEVALELAVECMACNOCONCAMCEVALELAVECMACNOCONCAM...

Então, a letra que ocupa a posição 3052ª é

- A) L.
 - B) V.
 - C) C.
 - D) E.
12. Realizando-se a permutação das letras da palavra AMCEVALE, determinam-se todos os seus anagramas. Considere as seguintes ações:

- I. Cada um dos anagramas é escrito em um cartão individual e colocados todos em uma urna;
- II. Sorteia-se, aleatoriamente, um dos cartões da urna.

A probabilidade desse cartão sorteado ter escrito um anagrama em que o par de letras A (AA) e o par de letras E (EE) estão juntos é de

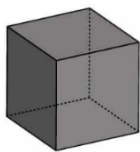
- A) 1/168.
 - B) 1/84.
 - C) 1/42.
 - D) 1/21.
13. Considerando-se verdadeira a proposição “Gustavo só será aprovado no concurso se não for para festa”, conclui-se que
- A) se Gustavo for aprovado no concurso, não foi para festa.
 - B) se vai para festa, Gustavo poderá ser aprovado no concurso.
 - C) se não vai para festa, Gustavo não será aprovado no concurso.
 - D) se Gustavo não for aprovado no concurso, então foi para festa.
14. Na tabela a seguir estão representadas as três primeiras colunas da tabela-verdade referente à proposição lógica $(\sim P \wedge Q) \leftrightarrow (R \rightarrow P)$.

P	Q	R	...	$(\sim P \wedge Q) \leftrightarrow (R \rightarrow P)$
V	V	V		
V	V	F		
V	F	V		
V	F	F		
F	V	V		
F	V	F		
F	F	V		
F	F	F		

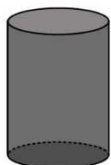
Se V corresponde ao valor lógico verdadeiro, e F corresponde ao valor lógico falso, na última coluna da tabela-verdade a quantidade de valores V é

- A) 2.
- B) 3.
- C) 1.
- D) 4.

15. Observe as comparações lógicas, a seguir:



está para RATO.



está para ELEFANTE.

Logo,



está para

- A) LAGARTO.
- B) CAVALO.
- C) TIGRE.
- D) GATO.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. Nos termos da Constituição Federal de 1988, a competência privativa para avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios pertence ao
- A) Senado Federal.
 - B) Congresso Nacional.
 - C) Presidente da República.
 - D) Tribunal de Contas da União.
17. De acordo com a Constituição Federal de 1988, em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a
- A) 20% do subsídio dos Deputados Estaduais.
 - B) 30% do subsídio dos Deputados Estaduais.
 - C) 40% do subsídio dos Deputados Estaduais.
 - D) 50% do subsídio dos Deputados Estaduais.
18. Consoante as disposições da Constituição Federal de 1988 sobre o Poder Judiciário, os tribunais somente poderão declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público pelo voto
- A) de dois terços de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.
 - B) de três quintos de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.
 - C) da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.
 - D) da maioria relativa de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.
19. Nos termos da Lei n.º 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos previsto no artigo 175 da Constituição Federal de 1988, a retomada do serviço pelo poder concedente, durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, recebe a denominação de
- A) reversão.
 - B) encampação.
 - C) caducidade.
 - D) retrocessão.
20. A Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- À luz das disposições da citada lei sobre a duração dos contratos, na contratação que gere receita e no contrato de eficiência que gere economia para a Administração, os prazos serão de até
- A) 20 anos, nos contratos sem investimento.
 - B) 30 anos, nos contratos com investimento.
 - C) 10 anos, nos contratos sem investimento.
 - D) 40 anos, nos contratos com investimento.

21. Segundo as disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), quanto à formalização dos contratos, no caso de obras, a Administração divulgará, em sítio eletrônico oficial, em até 25 dias úteis após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até
- A) 45 dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados.
 - B) 30 dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados.
 - C) 60 dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados.
 - D) 90 dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados.
22. A Constituição Federal de 1988 prevê, em seu art. 150, III, “c”, o chamado princípio da anterioridade nonagesimal ou noventena, que estabelece a vedação aos entes federativos de cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- A incidência do princípio da anterioridade nonagesimal, todavia, é excepcionada em alguns casos expressamente previstos no próprio texto constitucional. Nos termos da Constituição Federal de 1988, não se submete à noventena a majoração do
- A) imposto sobre produtos industrializados, de competência da União.
 - B) imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, de competência da União.
 - C) imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN, de competência dos Municípios.
 - D) imposto sobre a transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos, de competência dos Estados e do Distrito Federal.
23. Nos termos da Lei n.º 4.320/64 (Normas Gerais de Direito Financeiro), as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro, são classificadas como
- A) Investimentos.
 - B) Inversões Financeiras.
 - C) Transferências Correntes.
 - D) Transferências de Capital.
24. Consoante as disposições do Código Civil de 2002, a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório, prescreve em
- A) 2 anos.
 - B) 3 anos.
 - C) 4 anos.
 - D) 5 anos.
25. De acordo com as disposições da Lei n.º 9.099/1995, o prazo para a interposição do recurso contra a sentença proferida no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, quando cabível, será de
- A) 10 dias, contados da ciência da sentença.
 - B) 15 dias, contados da ciência da sentença.
 - C) 5 dias, contados da ciência da sentença.
 - D) 20 dias, contados da ciência da sentença.

26. Nos termos da Lei Orgânica o Município de Fernando Pedroza/RN, as decisões Legislativas e Executivas podem, a qualquer tempo, ser levadas à determinação plebiscitária e final do povo, como fonte de todo o poder, para confirmar ou anular atos dos seus delegados, a critério de
- A) 5% dos eleitores regularmente inscritos.
 - B) 10% dos eleitores regularmente inscritos.
 - C) 20% dos eleitores regularmente inscritos.
 - D) 15% dos eleitores regularmente inscritos.
27. Consoante as disposições previstas na Lei Orgânica do Município de Fernando Pedroza/RN, a Mesa da Câmara será eleita para mandato de
- A) dois anos, vedada a recondução.
 - B) um ano, vedada a recondução.
 - C) dois anos, permitida a recondução na eleição imediatamente subsequente.
 - D) um ano, permitida a recondução na eleição imediatamente subsequente.
28. Nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 001/98, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Fernando Pedroza/RN, será concedida, com prejuízo à remuneração do cargo, a licença
- A) prêmio por assiduidade.
 - B) para fins de serviço militar.
 - C) para fins de atividade política.
 - D) por motivo de doença em pessoa da família.
29. Nos termos do Código Tributário do Município de Fernando Pedroza/RN (Lei Complementar Municipal n.º 010/2017), a alíquota do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU para os imóveis não edificados é de
- A) 2%.
 - B) 1%.
 - C) 3%.
 - D) 5%.
30. Nos termos do Código Tributário do Município de Fernando Pedroza/RN (Lei Complementar Municipal n.º 010/2017), é isenta do imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis – ITIV a primeira transmissão de habitação popular destinada à residência do adquirente de baixa renda, desde que outra não possua em seu nome ou no do cônjuge.

Nos termos da citada lei, entende-se como popular a habitação residencial unifamiliar de até

- A) quarenta metros quadrados de área construída.
- B) cinquenta metros quadrados de área construída.
- C) sessenta metros quadrados de área construída.
- D) setenta metros quadrados de área construída.